



Artigo
Article

**CORPO E TERRITÓRIO: DO DELTA DO ORINOCO AO CENTRO
DE TERESINA (PI) – UMA MOBILIDADE TRANSACIONAL DOS
INDÍGENAS VENEZUELANOS WARAO**

*BODY AND TERRITORY: FROM THE ORINOCO DELTA TO THE CENTER OF TERESINA (PI) –
A TRANSACTIONAL MOBILITY OF THE VENEZUELAN WARAO INDIGENOUS PEOPLE*

Francilene da Silva Abreu¹
Carmen Lúcia Silva Lima²
Raoni Borges Barbosa³

RESUMO: Este artigo aborda a inter-relação entre corpo e território na perspectiva da mobilidade da etnia indígena Warao oriunda da Venezuela até sua chegada a Teresina-PI; tendo a pretensão de contribuir com a discussão a respeito do corpo como uma categoria de prática social e territorial a partir da análise de deslocamento da referida etnia. Com uma ótica direcionada para a análise entre o sentido do corpo como elemento-gênero e como território político-social representativo. Face a isso, a noção de corpo será abordada em várias esferas, como gênero e como território em movimento. A apropriação dessas significações estabelece sentidos à narrativa teoricamente ancorada. **Palavras-chave:** corpo e território e gênero, mobilidade Warao, fronteiras, etnicidade, direitos diversos.

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGAnt da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-Mail: f.fymme@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8571-4701>.

²Doutora em Antropologia. Professora Associado III do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGAnt da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Coordenadora do Laboratório do PNCSA/UFPI. Líder do Grupo de Pesquisas sobre Identidades Coletivas, Conhecimentos Tradicionais e Processos de Territorialização da UFPI. Bolsista CNPQ - Produtividade em Pesquisa 2. E-mail: carmensllucia@gmail.com.

³Doutor em Antropologia. Pesquisador DCR-CNPq FAPEPI. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGAnt da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-Mail: raoniborgesbarbosa@gmail.com.

ABSTRACT: This article addresses the interrelationship between body and territory from the perspective of the mobility of the Warao indigenous ethnic group from Venezuela until their arrival in Teresina-PI; with the intention of contributing to the discussion about the body as a category of social and territorial practice based on the analysis of the displacement of this ethnicity. With a perspective directed to the analysis between the sense of the body as a gender-element and as a representative political-social territory. In view of this, the notion of the body will be approached in various spheres, as a genre and as a territory in movement. The appropriation of these meanings establishes meanings to the theoretically anchored narrative. **Keywords:** body and territory and gender, Warao mobility, borders, ethnicity, diverse rights.

INTRODUÇÃO

A Antropologia defende a pluralidade cultural em um mundo cada vez mais globalizado, por isso cada vez mais expande e varia suas abordagens analíticas no sentido de apontar e enfatizar a diversidade cultural que atualmente se consolida como processos complexos, disjuntivos e fractais de Indigenização da Modernidade. A perspectiva teórica da decolonialidade, nesse sentido, surge como uma discussão sobre valorizar, entre outros, os padrões culturais de povos em deslocamentos e travessias. Seja voluntária ou forçadamente.

Cabe, então, buscar responder antropologicamente às questões que se colocam para tais abordagens sobre as culturas da Cultura Global em um mundo de superação de etnocentrismos. Assim, etnografar os indígenas venezuelanos Warao sob uma ótica direcionada para a análise entre o sentido do corpo e como esse se traduz enquanto elemento-gênero e território político-social representativo constitui um grande desafio teórico-metodológico, mas também ético-político. E este é justamente o papel do observador e etnógrafo posicionado no campo de pesquisa junto a esses personagens de um mundo tradicional que remonta há mais de 8.000 anos de história e memória ancestral, ao passo que também absurdamente recentes no Brasil de agora: observar e, às vezes, também ser observado. Há uma troca profunda nessa relação, em que se afeta o Warao com os sentidos múltiplos da brasilidade e se é afetado (FAVRET-SAADA, 1990; WAGNER, 1975) pelo fato de o corpo⁴, enquanto individualidade sensitiva engajada, construir interação com as agências socioculturais e com o meio que o circundam.

Os indígenas venezuelanos *Wa Arao*, “povo das canoas” ou “navegantes”, são habitantes originários do litoral caribenho, tidos como hábeis canoeiros e pescadores (GASSÓN e HEINEN, 2012). Os Warao têm, ao longo das últimas sete décadas, passado por um processo de reterritorialização na medida em que se deslocam por outros territórios. O grupo étnico migrante de indígenas Warao venezuelanos é “também considerado uma população em deslocamento forçado” (ACNUR, 2021). A mobilidade e o deslocamento desta coletividade ocorrem por meio de “redes de relações sociais estabelecidas mediante vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (ACNUR, 2021, p. 28), o que Castro (2020) chama de “êxodo Warao”.

⁴Para Geertz (2008, p. 16), a compreensão da cultura de um povo expõe e revela a sua normalidade sem, no entanto, reduzir ou minimizar suas particularidades. Isso permite a análise semiótica da cultura, com seu mergulho nas profundezas simbólicas da política de significados por sobre o ombro do nativo, sem, no entanto, comprometer a alteridade. Nesse sentido, a descrição etnográfica de um corpo em interação simbólica faz-se eloquente porque o próprio corpo opera como uma referência de sua configuração (GEERTZ, 2008; KATZ, 2001).

Objetivando contribuir com a discussão a respeito do corpo como uma categoria de prática sociocultural e territorial, a partir da análise do deslocamento da referida etnia; e relatar os desafios encontrados no decorrer da pesquisa em relação ao processo migratório do grupo em estudo, este artigo se organiza. A etnografia, para tanto, se revela como um elemento teórico-metodológico para pesquisar elementos de campo do antropólogo. As fontes de investigação utilizadas e o procedimento acionado serão mais metódicos e restritos às categorias abordadas, visando, ainda que de forma incipiente, contribuir com a pesquisa e com a escrita etnográfica e em trazer reflexões sobre a temática. Reflexões que podem ser ampliadas e expandidas na medida em que o campo etnográfico se constitua de novas pesquisas. Face a isso, a metodologia deste estudo fundamenta-se na observação sistemática do real social, na investigação da materialidade textual e na teoria construída por meio de um cânone etnográfico e antropológico que aborda a temática das migrações, fluxos, êxodo e diáspora Warao.

INTERSECÇÃO ENTRE CORPO E TERRITÓRIO

“Se vou ou se fico, continuo sendo quem sou. Não há hierarquia entre corpos. Indo ou vindo continuo sendo corpo, continuo sendo território. Meu corpo, meu território. Meu território em meu corpo. Porque, certamente há uma indissolubilidade entre corpo e terra e corpo-território/território-corpo.” (FRAN ABREU, 2024).

Figura 1: Grupo de Indígenas venezuelanos Warao, UFPI, Teresina-PI.



Foto: Fran Abreu (2023)

DO DELTA DO ORINOCO AO CENTRO DE TERESINA (PI): UMA VIAGEM CORPORAL ENTRE TERRITÓRIOS

Os indígenas Warao compreendem um grupo étnico culturalmente diverso e plural, mas que a fala a mesma língua materna, constituído de famílias distintas e de diferentes locais originários do Delta do Orinoco, onde tradicionalmente habita na região norte da Venezuela, no Estado Delta Amacuro e em regiões adjacentes dos Estados Bolívar e Sucre (GARCIA CASTRO, 2000). O movimento migratório desses indígenas venezuelanos

Warao⁵ se deu a partir de vários contextos e situações de fragilidades políticas, sanitárias, alimentares e de misérias, entre outras razões, forçando, assim, um deslocamento transnacional, fazendo com que cruzassem a fronteira da Venezuela para o Brasil, em 2014. A localização geográfica e a proximidade fronteiriça da Venezuela facilitou o acesso de migração para as terras brasileiras, iniciando pelo Norte do Brasil, fazendo a trajetória a pé, chegando à cidade de Pacaraima e de Boa Vista, em Roraima (ROSA, 2020).

Segundo o Ministério Público Federal (2017, p. 8), esse movimento foi “motivado fundamentalmente pela busca de alimentos, trabalho fixo ou temporário e dinheiro, além do acesso à saúde”, o que reflete uma ânsia por melhores condições de vida, proteção internacional e por políticas de Direitos Humanos. Para Vidal, Musset e Vidal (2011, p. 02) “os fenômenos de mobilidade e de deslocamento se afirmam como características essenciais das nossas sociedades contemporâneas”.

No Brasil atual, com sua heterogeneidade cultural advinda da multiplicidade de povos em cruzamento desde o período pré-colonial, o grupo étnico indígena venezuelano Warao, principalmente quando aporta nas cidades nordestinas, logo chama atenção por sua configuração étnico-racial de um povo que tradicionalmente ainda habitava um território originário estrangeiro, no caso, o Delta do Rio Orinoco, na Venezuela. Destarte, os indígenas Warao representam um desafio jurídico, sociológico e político para a sociedade brasileira, não somente um desafio antropológico em termos acadêmicos. Isto porque os Warao transcendem a condição de imigrante e demandam proteção jurídica específica como indígenas, como estrangeiros e, também, como refugiados.

Desde 2016, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) registra um fluxo crescente de pessoas indígenas vindas da Venezuela para o Brasil: mais de 9,4 mil delas chegaram ao país em busca de proteção internacional. Já em Teresina-PI, a etnia indígena venezuelana Warao se encontra desde 2019, quando chegaram os primeiros “refugiados e migrantes” (ACNUR, 2023); é um grupo que tem rompido fronteiras e passado por diversas travessias entre geográficas, políticas, culturais e sociais. Essa dinamicidade de deslocamento, com efeito, provoca alterações em sua estrutura social: monta, desmonta e remonta experiências e vivências, visto que os Warao não viajam sozinhos, mas constroem redes de parentesco que se juntam e se dispersam continuamente (SILVA, TORELLY, ORTOLAN e SANTOS, 2018).

A cidade de Teresina-PI chegou a abrigar cerca de 310 indígenas da etnia Warao distribuídos em quatro abrigos (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2022). Atualmente, os abrigos contam com 265 indígenas Warao (SEDUC, 2023). Mesmo fora de seu território de origem, as leis brasileiras lhes garantem o status de sujeitos de direito (BRASIL, 2016). Para Vidal, Musset e Vidal (2011, p. 02) “os fenômenos de mobilidade e de deslocamento se afirmam como características essenciais das nossas sociedades contemporâneas”. Isto porque o mundo globalizado vive em uma constante relação de trocas e influências entre sociedades complexas e sociedades indígenas cada vez mais transculturais. Entretanto, quando um povo se mantém culturalmente junto, apesar das desterritorializações geográficas, tende a fortalecer sua unidade coletiva em bases simbólicas: o exercício da autoctonia imaginária e da ancestralidade narrativa são marcadores desse fenômeno cultural que também acomete os Warao no Brasil.

A simbolização da unidade territorial, concretamente perdida, se evidencia por meio de uma consciência étnica através da cultura, o que se verifica na preservação da

⁵Lima, Cirino e Muñoz (2020a e 2020b; 2022) organizaram três importantes publicações sobre a situação dos Warao na Venezuela e Brasil, abordados por pesquisadores de diversas áreas de conhecimento.

língua, dos costumes e das relações sociais endógenas, tanto quanto possível. O povo Warao, situado além da fronteira tradicional venezuelana, mantém, assim, ainda que ideologicamente, o vínculo territorial, preservando narrativas de sua identidade originária.

Abrigadas em Teresina-PI pelas autoridades do campo político-burocrático local, as parentelas Warao logo organizaram-se para o trabalho de deslocamentos constantes para a realização da coleta⁶ em várias cidades, o que gerou reclamações quanto ao (não) controle do contingente populacional nos abrigos. Pois tal prática interferia negativamente no espaço urbano público, no tráfego, no aspecto econômico e na ‘estética’ da cidade. De acordo com a ACNUR (2021, p. 67):

A integração⁷ local está entre as soluções duradouras à disposição dos refugiados, consistindo em um processo legal, econômico e sociocultural, em que essas pessoas se preparam para se adaptarem à sociedade de acolhimento, sem que para isso tenham de renunciar à sua própria identidade cultural. Entende-se, nesse sentido, que o princípio da integração local direcionado aos indígenas deve estar alinhado com os preceitos e garantias estabelecidos pela Constituição Federal 1988.

A identidade étnica compreende processos coletivos em torno do pertencimento construído historicamente, mas também modela a subjetividade individual e suas disposições cognitivo-comportamentais e motivações moral-emotivas que adquirem sentido no e pelo grupo. O dinamismo presente nas relações interétnicas atuais, com efeito, faz com que as fronteiras étnicas sejam expressivamente maleáveis e flexíveis, podendo se romper, se apagar, mudar de formato ou serem preservadas, incorporadas e ressignificadas. Tais mudanças estão relacionadas aos interesses e possibilidades do devir, cujas indeterminações não podem ser resolvidas nas relações presentes⁸. Porquanto, se é certo que cada sociedade, cada povo e até mesmo cada etnia tem seus próprios hábitos – e isso independente do espaço territorial em que esteja ocupando ou de suas histórias de contato – também o é o fato de o avanço do contato nas relações entre povos ou grupos culturais através da cinesia transformar-se em “fronteiras étnicas” (BARTH, 1998). As fronteiras étnicas podem manter-se, reforçar-se, apagar-se ou até mesmo desaparecer, podendo tornar-se mais flexíveis ou mais rígidas, sem, no entanto, representar qualquer barreira.

Metodologicamente, *esse olhar em movimento analítico*, no dizer de Laplantine (2004, p. 18, 20), significa que “o olhar etnográfico não pode confundir-se com o olhar perfeitamente controlado, educado, abalizado por referências ocidentalizantes”. E não se deve restringir a descrição etnográfica apenas a uma percepção exclusivamente visual, pois que ela mobiliza a inteligência e a sensibilidade do pesquisador. Outros elementos como o ver, o ouvir, o olfato, tato e paladar do pesquisador devem ser considerados para percorrer essas sensações, percepções, sentimentos e emoções que perfazem a alteridade

⁶Coleta ou trabalho (*trabajo*) é como os Warao denominam o ato de pedir nas ruas da cidade.

⁷Alerta-se que em vez de integração, que evoca a ideia de assimilação, seria mais apropriado falar de inclusão nos locais onde eles se encontram.

⁸Cabe aqui citar Mauss (2003, p. 401): “Quando uma ciência natural faz progressos, ela nunca os faz no sentido do concreto, e sempre os faz no sentido do desconhecido [...] que se encontra nas fronteiras das ciências”.

e nossas definições dela. E nessa travessia não se pode olhar com estranhamento ou preconceito para os indivíduos, cidadãos, ‘humanos’ que têm se aventurado a transpor suas fronteiras étnicas tradicionais.

O CORPO COMO GÊNERO

A manifestação de gênero ocorre na dimensão da pessoa que pertence àquele corpo cheio de conceitos complexos, que é sobreposto pela noção de sexo e oposição política entre os sexos. “O gênero, como conceito, da mesma forma que o sexo, homem e mulher, é instrumental no discurso político do contrato social enquanto contrato heterossexual” (WITTING, 2018, p. 94). A ideia de corpo é uma fala construída culturalmente. O corpo material é provisório e passível de mudanças por meio de reflexos e sensações, de intervenções e gestos (GOELLNER, 2008). Porquanto um corpo não é apenas um corpo. Para Goellner, (2008, p. 28), o corpo:

é seu entorno e é muito mais que um conjunto de músculos, ossos vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele de incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas, sempre à descoberta e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas fundamentalmente os significados culturais e sociais que a ele se atribuem.

O corpo é o objeto que traduz a pessoa como ser e como indivíduo no âmbito de uma sociedade. E seu estudo sempre esteve em evidência dentre as diversas culturas. E na cultura indígena isso não é diferente. A corporeidade ocupa posição de destaque e privilégio dentro do sistema social e simbólico de um povo. Tendo essa singular importância.

Pela corporeidade, o homem faz do mundo a extensão de sua experiência; transforma-o em tramas familiares e coerentes, disponíveis à ação e permeáveis à compreensão. Emissor ou receptor, o corpo produz sentidos continuamente e assim insere o homem, de forma ativa, no interior de dado espaço social e cultural (LE BRETON, 2012, p. 8).

De acordo com Mauss (2003, p. 407) “o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo”. O corpo é um território móvel, exposto a constantes vulnerabilidades físicas, sociais, entre outras polaridades. De acordo com a Butler (2018, p. 22) essas vulnerabilidades se dão por conta de “sermos socialmente constituídos vinculados a outros”. As questões de gênero se polarizam entre feminino e masculino. Scott (1990) fala sobre o gênero como categoria analítica e metodológica que se permite pensar as feminilidades e masculinidades no âmbito das relações sociais de forma relacional; a autora entende que “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças

percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1994: 13). Bazerman (2015, p. 34) compartilhou da seguinte forma o conceito de sua compreensão de gênero:

Os gêneros corporificam compreensões de situações, relações, posições, humores, estratégias, recursos apropriados, metade e muitos outros elementos que definem a atividade e forma meio de realização. Os gêneros são modos de fazer coisas – e como tais corporificam o que se deve fazer, trazendo marcas do tempo lugar no qual se realizam tais coisas, bem como os motivos e ações realizados nesses lugares.

O corpo apresenta uma anatomia condicionada a situações diversas, pois que seus proprietários os submetem a várias reivindicações pelo direito de seu uso. O corpo não é o único objeto social que incide sobre a sociedade e sobre os indivíduos. A pessoa é uma representação social. Pode-se interpretar “o papel do corpo como matriz de significados sociais e objeto de significação social” (SEEGER, DaMATTA, VIVEIROS DE CASTRO, 1987, p. 20). A construção de pessoa marca a força que o corpo possui sobre as relações sociais e na construção de seu significado, ultrapassando a simples noção de corporeidade física; por isso o corpo não pode ser entendido apenas como um simples suporte de identidade que vai articulando significações sociais e cosmológicas. “O corpo é uma matriz de símbolos e um objeto de pensamento” (*Id. Ibid*).

A individualidade é coletiva pela própria condição de convivência social e pela estrutura que a sociedade estabelece. O que, segundo Cixous (1976, p. 88), significa que “o corpo textual feminino reconhece-se pelo fato de nunca ter fim (**f-i-m**): sem ponta, não tem fim, e é exatamente isso que torna muitas vezes o texto feminino difícil de ler”. Segundo Wittig (p. 96-99): “o sexo, sob o nome do gênero, permeia todo o corpo da linguagem”. Quando se nega ao corpo social direitos outros resguardados pelas legislações, sob quaisquer pretensões, quer “filosófica, política ou estrutural”, priva-se a pessoa ou o indivíduo de sua universalidade de escolha.

Nesse sentido, as mulheres indígenas venezuelanas Warao têm o corpo como um fim em si. De acordo com Butler (2018, p. 22): “o corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne, expõem-nos ao olhar dos outros; pois o corpo tem uma dimensão invariavelmente pública, constituído na esfera pública, o meu corpo é e não é meu”. Esse entendimento se dá pelo fato de que a pessoa é uma entidade privada de caráter público. Sendo um elemento de realidade biopolítica, o corpo se estabelece mediante sua anatomia. Podemos, nesse diapasão, entender a biopolítica: “Trata-se antes de mais nada, do tipo de poder que exerceu sobre o corpo e o sexo, um poder que, justamente, não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição” (FOUCAULT, 2012, p. 54).

No entendimento de Butler (2019), o gênero está carregado de intencionalidades, performances e significados. Por isso devem produzir relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, visto que “as pessoas se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (BUTLER, 2010, p. 37). O corpo como objeto público e exposto produz performances e identidades diferenciadas dentro de categorias fluídas como um corpo de uma mulher, de um homem, de uma pessoa negra, de um gay ou ainda de um indígena, por exemplo (CURIEL, 2018). A noção de pessoas e sua

corporeidade dentro de uma cosmologia ameríndia parte de sua afirmação como produção física de indivíduo (SEEGER, DAMATTA E VIVEIROS DE CASTRO, 1987, p. 13). O corpo incide socialmente sobre os indivíduos; ocupando lugar e posição constrói pessoas que se tornam indivíduos e estes tornam-se cidadãos sociais.

CORPO EM DESLOCAMENTO

Um corpo em deslocamento é um corpo em fluxo, em movimento. É um corpo com relação entre nações através de interações sociais. As visões do sentido do corpo divergem e se completam. O corpo pode ser visto como carne interligado pelos componentes – suas estruturas – ou ainda como um organismo biológico. Para Katz e Greiner (2001), em relação ao corpo, “as noções de dentro e fora, deixam de designar espaços não conectados para identificar situações geográficas propiciando intercâmbio de informações”. À medida que um corpo se desloca, mudando de espaço e fronteira, leva “simbolicamente” consigo a sua identidade, imbuída na sua consistência a estrutura de seu estado.

O território do corpo pode ser interpretado como uma categoria de acentuadas práticas sociais, haja visto a sua interação diversificada com os elementos que constroem toda estrutura em quaisquer níveis ou conceituais que se interagem e se interligam para que haja o funcionamento da sociedade. Essa ideia abraçada por Radcliffe-Brown ([1952]1973, p. 21) mostra que a sociedade é um organismo vivo, sem linearidades, em que os principais “componentes ou unidades da estrutura são pessoas”. E elas ocupam posições dentro da sociedade. Face ao que se leva a interpretar as dimensões corporais em corpo natural, corpo social e corpo cultural. O corpo indígena em movimento é um território que se “coloniza” e é “colonizado” devido ao processo de trocas e de influências absorvidas no trajeto da sua existência.

Essa relação dimensionada pela interação cultural afeta o outro em suas simbologias, mitos e coletividades, visto que a corporeidade como elemento político material interdepende de uma variada dimensão que gira entre a biológica, a econômica, a social, a cultural e a política-territorial. Greiner (2005, p. 37) entende que a relação aferida entre o corpo biológico e o corpo cultural é um aspecto em que é possível se começar a mapear o corpo como um sistema e não somente como se ele fosse um instrumento ou produto. A mobilidade exercida pelo corpo, ou seja, o corpo em movimento, direciona para a construção de inovados e diferentes contextos estéticos e sociais. Para Simão e Sampaio (2014, p. 158), o corpo pode ser reconhecido como receptor-construtor e como interlocutor-construtor. Há uma historicidade dos corpos na medida em que estes se constroem e se movimentam. Nessa perspectiva, essa construção se dá através de diálogos epistemológicos e cruzamentos que reconhecem o corpo como um instrumento movediço.

No caso dos indígenas venezuelanos Warao em transposição, o corpo, mesmo gerado e nascido em um determinado território fora de sua habitação atual, permanece soberanamente com vínculos político-territoriais ao seu local de origem (Estado-Nação); seria necessário dizer que parece provisória aquela transferência temporária e que com “misturas que formam traço de união entre as raças distantes e diversas, a influência do meio reserva a última palavra” (LA BLACHE, 1954, p. 372). O indígena, assim, será indígena em qualquer território em que onde ele esteja: sua corporeidade o acompanha. No que tange à etnia Warao, eles, em geral, procuram não se misturar com brancos ou negros, somente entre si e outras etnias indígenas.

Para Marcus (1991), a história das identidades pressupõe que a história da humanidade é uma sucessão de “migrações e acomodações – deslocamentos – fronteiras rompidas ou anexadas através de sua territorialidade”, pois fenômenos antropológicos reproduzidos em diversas sociedades mantém coeso o dinâmico processo social coletivo, mesmo em face a novas perspectivas e simbologias.

CORPO COMO TERRITÓRIO

Quando um grupo étnico define se fixar ou aportar em determinado território, ele leva consigo suas histórias, memórias e identidades, mesmo em deslocamento geográfico, porquanto o determinismo não anula suas raízes de identificação ‘ancestral’ histórica ou de nascimento (naturalidade). Ainda assim permanece mantendo seu vínculo e identidade territorial. O deslocamento venezuelano Warao leva imbrincado em sua etnia o seu estado geográfico, ainda que o espaço territorial venezuelano tenha permanecido imóvel, fixo, em sua área territorial de fronteira. O território como terra, fixo e imobilizado é o espaço físico com suas delimitações cartográficas.

Segundo Moraes (2002), a ideia de território entendido como um espaço delimitado entre fronteiras foi idealizado na década de 1950, por La Blache (1954), que entendia que qualquer região poderia constituir uma unidade ou um organismo compondo o meio físico. O geógrafo La Blache chegou à conclusão que um determinismo geográfico e ambientalista não gerencia na sua totalidade o comportamento humano. “La Blache criou uma doutrina, o possibilismo, e fundou a escola francesa de Geografia. E, mais, trouxe para a França o eixo da discussão geográfica [...]” (MORAES, 2002, p. 37).

A exemplo de uma mobilidade territorial é o que acontece com embaixadas e embaixadores. Sodré (1976, p. 90) diz “que o estudo da geografia era o estudo dos lugares e não dos homens”. Entretanto, no momento em que essas pessoas representam lugares específicos, tornam-se parte representativa deles. O espaço geográfico de uma embaixada torna-se um espaço territorial de representação da nação que ela representa, assim, seus componentes são territórios e simbólicos.

Dentro de um modelo ontológico, o território é transacional em distintas escalas, pois pode se mover através de seus membros enquanto corpos, pois estes são também seus territórios de forma atrelada. O território é um corpo político organizado, uma estrutura política. Ao mesmo tempo em que pode trabalhar a noção de “corpo social”, por englobar amplamente vários aspectos, significados e funções sociais (MELATTI, 1978).

Segundo Seeger, DaMatta e Viveiros de Castro (1978, p. 10), o corpo tem um “papel como matriz de significados sociais, e objeto de significação social”. Sendo, pois, um componente do objeto social, o corpo reflete sobre os atos sociais de um grupo em sua estrutura social “através das relações de pessoa a pessoa” (RADCLIFFE- BROWN, [1952] 1973, p. 236). Esses papéis sociais “articulam significações sociais e cosmológicas” por ser o corpo essa “matriz de símbolos e um objeto de pensamento” (SEEGER, DAMATTA E VIVEIROS DE CASTRO, 1978, p. 11).

O corpo humanizado é um objeto animado e vibrante, e nele se manifestam as ações, sejam quais forem suas práticas. Cupilillo (2007, p. 34) diz que “o corpo é, portanto, a presença física marcante de qualquer ser vivo. Apesar de muitas vezes desqualificado, não é possível ignorá-lo. Através dele marcamos nossa presença no mundo, tornando nossa realidade concreta e aparente”. O corpo é o objeto que traduz a pessoa como ser e como indivíduo dentro de uma sociedade. E seu estudo sempre esteve em evidência dentre as diversas culturas. E entre a cultura indígena isso não é diferente. A corporeidade

ocupa posição de destaque e privilégio dentro do sistema social de um povo. Tendo essa singular importância.

Foucault fala da soberania e da disciplina exercidas por um território, onde o indivíduo e a segurança são os alvos dessa soberania. Aí está a força que a população enquanto corpo exerce na relação entre o território e o cidadão (FOUCAULT, 2008, p. 16). Segundo Haesbaert (2020, p. 76), o corpo como um território de (r)existência tem necessidade de sobrevivência em meio das agruras impostas por travessias culturais e territoriais. O território não é apenas extensão de solo fixo, em um contexto geográfico, ele pode ser “pessoa” legitimada através da corporeidade dos indivíduos e sua relação com o Estado democrático. Essa nuance se evidencia em vários referenciais de movimentos e pesquisas, como o feminista, o indígena, “que atentaram para o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência”.

Ainda para Haesbaert (2020), fica dissipada qualquer dúvida quanto à importância e relevância de entendimento do espaço geográfico partindo da questão da espacialidade/espacialização do corpo. Afirma, assim, a necessidade de reconhecimento de delimitação territorial, mesmo que não haja o reconhecimento como um componente de Estado. Face a isso, Kelsen (1959) entende que o “território é o espaço ao qual se circunscreve as validades da ordem jurídica estatal, pois, embora a eficácia de suas normas possa ir além dos limites territoriais, sua validade como ordem estatal depende de um espaço certo ocupado com exclusividade”. A noção de território está geneticamente associado ao domínio de validade de uma ordem jurídica estatal.

O grupo de indígenas venezuelanos Warao, mesmo fora de seu território geográfico, permanece com sua ancestralidade cultural representativa, através de seus corpos em movimento. O deslocamento de seus corpos para outros espaços territoriais não anula sua identidade, muito menos seu pertencimento pátrio, pois eles levam consigo intrinsecamente suas histórias e suas raízes relacionadas à sua Pátria. Seu território representa essas raízes, seu legado histórico-cultural e a memorização ancestral da perpetuação de sua descendência, além de suas origens étnico-raciais. A preservação da memória coletiva evidencia que o território é bem mais que um espaço geográfico. Seu território Pátrio é sua Nação e um legado para futuras gerações. Por isso carregam consigo marcadores, tais como: língua, costumes, tradições, crenças, valores familiares, entre outros identificadores. Esse sentimento de pertença faz com que Corpo e Território andem de mãos dadas por quaisquer espaços que se locomovam – estes são seu capital humano étnico-racial.

O fato de o corpo representar determinado território não o isenta de sofrer influências em sua constituição e códigos culturais, língua e culinária, por exemplo, visto que a cultura é passível de mudanças, influências e alterações. Sob a perspectiva antropológica, na mobilidade migratória dos indígenas Warao venezuelanos o sentido de espaço e terra sobrepõe linhas, mapas e dados cartográficos, pois suas delimitações e fronteiras ficam representadas por sua identificação nacional (país-nação) e de seu corpo.

De acordo com Haesbaert (2020, p. 220): “Vidal de La Blache propõe um novo método à geografia, inserindo uma perspectiva histórica e funcional. As relações homem-meio são encaradas, por essa ótica, com uma abordagem recíproca e harmônica”. Ao se tratar de identidade étnica territorial, a geografia não pode se restringir apenas ao local

físico imóvel, visto que jurídico e politicamente o local pode ser “movido” para qualquer espaço territorial, representativamente (ACSELRAD, 2015, p. 17)⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar que esta abordagem foi sistematizada por meio da observação e aporte teórico e não constitui uma verdade única e definitiva sobre a noção do corpo e território enquanto elementos constitutivos de identificação e mobilidade entre os indígenas venezuelanos Warao e seu deslocamento migratório, visto que sua naturalidade e nacionalidade têm alcances simbólicos variados. No entanto, ressalva-se, aqui, que este fluxo migratório dos indígenas venezuelanos Warao poderá ou não modificar ou influenciar sua estrutura sociocultural.

A história da humanidade sempre foi escrita por seus interlocutores participantes de forma direta e indireta. Isso faz com que surjam novas escolas e teorias que respaldam pressupostos e hipóteses comprovados e padronizados, e, socialmente reconhecidos, aceitos e sancionados pela própria sociedade. Por isso o único meio de se desfazer de uma determinada hipótese é descobrir uma hipótese melhor e mostrar ao mundo através de outra concepção ou novas óticas. Esse prisma e forma de ver, interpretar e escrever sobre a temática de corpo e território traz para o debate uma forma diferente de se abordar e um tema interessante para se estudar a estrutura do povo e território como um fato social.

Pode-se partir da ideia de que o que é novidade é um pressuposto para se iniciar algo com um novo olhar antropológico. Espera-se contribuir com uma discussão de políticas focadas na democratização da diversidade, da diferença e da inclusão, no caso, dos indígenas venezuelanos Warao que têm resistido na preservação de seu território de origem através das suas vestimentas, da linguagem e da própria forma de andar em comunidade. Possibilitar a construção de um futuro-presente onde respeito e dignidade façam parte da roupagem que envolve cada direito humano, em cada caminhada, em cada torrão, respeitando a cultura, a história, o corpo e o território.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri, GUEDES, AD, MAIA, LJ. **Cartografias Sociais, lutas por terra e lutas por território:** um guia de leitura. PPUR. UFRP. Rio de Janeiro, 2015.

ACNUR – **Agência da ONU para Refugiados** – Brasil. <<https://www.acnur.org/portugues/2023/04/19/em-teresina-indigenas-warao-voltam-a-escola-em-projeto-de-alfabetizacao-trilingue/>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ACNUR, **Alto comissariado das nações unidas para refugiados** – Agência da ONU para Refugiados. Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiado e migrantes. Brasília: UNHCR/ACNUR. 2021.

⁹Ideia essa compartilhada pela CLT que chama de “transferência provisória” o deslocamento de uma instituição para outro local representativamente. Embora a referência seja a empresas jurídicas e físicas e seu corpo funcional, a interpretação comporta dentro do aspecto da mobilidade territorial. Essa interpretação está embasada no Art. 469, § 3º, da CLT (BRASIL, 1975), que acrescenta: “enquanto perdurar a situação de destacamento”, o que dá abertura para esse entendimento em que a mudança do local que não acarrete mudança de domicílio não configura transferência, mas apenas deslocamento.

BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras.** In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. São Paulo: Unesp, 1998. p. 187-227.

BAZERMAN, C. **Retórica da ação letrada.** São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Lei nº 6.203, de 17 de abril de 1975. Dá Nova redação aos artigos 469 e seus parágrafos, 470 e 659 da **Consolidação das Leis do Trabalho.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6203.htm> Acesso em: 27 dez 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. (2018 [2004]). “Violência, Luto, Política” [“Violence, Mourning, Politics”], Baptista, M. M. (Org.), **Gênero e Performance: Textos Essenciais 1.** Coimbra: Grácio Editor, p. 21-51.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: sobre os limites discursivos do “Sexo”.** São Paulo: nº1 edições, 2019.

CIXOUS, Hélène. (2018 [1976]). “Le sexe ou la tête?” in Les Cahiers du GRIF, nº13: “Elles consonnent. Femmes et langages II”, p.5-151. In: **O Sexo ou a Cabeça?** Baptista, M. M. (Org.), **Gênero e Performance: Textos Essenciais 1.** Coimbra: Grácio Editor, p. 71-92.

CUPOLILLO, Amparo Villa. **Corporeidade e conhecimento: diálogos necessários à Educação Física e à escola.** 2007. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

CURIEL, Ochy. (2018 [2005]). “Gênero, raça, sexualidade: debates contemporâneos” [“Gênero, raza, sexualidad: debates contemporâneos”], in: Baptista, M. M. (Org.), **Gênero e Performance: Textos Essenciais 1.** Coimbra: Grácio Editor, p. 215-237.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 1990. “Être Affecté”. In: Gradhiva: Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie, 8. pp. 3-9 FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-. 161, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins 8 Fontes, 2008 (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

GARCIA CASTRO, Alvaro A. **Mendicidad indígena: Los Warao Urbanos.** Boletín Antropológico Nº 48. Enero-Abril, 2000, ISSN: 1325-2610. Centro de Investigaciones Etnológicas – Museo Arqueológico – Universidad de Los Andes. Mérida.

GASSÓN, Rafael e HEINEN, Dieter. 2012. **¿Existe un Warao Genérico?:** Cuestiones Clave en la Etnografía y la Ecología Histórica del Delta del Orinoco y el Territorio Warao-Lokono-Paragoto. **Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, v. 10, n. 1, Article 3, p. 37-64.

GEERTZ, Clifford (2008 [1957]) **“O Impacto do Conceito de Cultura sobre o Conceito de Homem”**. In: Geertz, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC. p.65- 91.

GOELLNER, Silvana V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008

GREINER, Christine. **O Corpo: pistas para estudos indisciplinados**. São Paulo: Annablume, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.

KATZ, Helena. A Natureza Cultural do Corpo. **Revista Fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 65-75. 2001.

KATZ, Helena & GREINER, Christine. Corpo e processo de comunicação. **Revista fronteiras**. 2001.

KELSEN, Hans. **Teoria General Del Estado**. México: Nacional, 1959, p. 181.

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LAPLANTINE, François. (1943). **A Descrição Etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergente: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**, n. 34, 1991, p. 197-221.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Biblioteca Setorial-CEFD-UFES. 536 p., 6 ils. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELATTI, Júlio Cezar. ‘Introdução’, In Radcliffe-Brown: **Antropologia**. Orgs. J.C Melatti & F. Fernandes. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1978, p.7-35

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitc, 2002.

MPF, Ministério Público Federal. **Parecer técnico n.10/2017**. Manaus: MPF, 2017b. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/parecer-tecnico-warao>> Acesso em: 09 jan 2024.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Encontro de Líderes Warao da Região Nordeste**, realizado em Teresina (PI). 04 maio, 2022. Disponível em:

<<http://novacartografiasocial.com.br/encontro-de-lideres-warao-da-regiao-nordeste-realizado-em-teresina-pi/>> Acesso em: 10 jan. 2024.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. [1952]. **Estrutura e função na sociedade primitiva.** Petrópolis, Vozes, 1973. 272p.

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito:** reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém - PA. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2020.

SCOTT, Joan W. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.** Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history.** Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) **Relação dos indígenas Warao por idade.** Teresina: SEDUC/PI, 2023.

SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; DA MATTA, Roberto. **A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras.** 1978. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

SILVA, Sidney; TORELLY, Marcelo; SANTOS, Sandro; ORTOLAN, Maria Helena e OTERO, Guilherme. **Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas.** Brasília: OIM, 2018.

SIMÃO, Marina Fazzio; SAMPAIO, Juliano Casimiro de Camargo. O corpo nos processos de condução artístico-pedagógica: uma busca pelo corpo-em-interação. **Expressão**, v. 1 e 2, n. 1, p. 155-166, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

VIDAL, Laurent, MUSSET, Alain e VIDAL, Dominique. **Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera.** O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). Trad. de Carina Sartori e Thiago Rocha. *Confins - Revista franco-brasileira de geografia.* 13/2011, número 13. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/7274?lang=pt>> Acesso em: 01 de jan. 2024.

WITTIG, Monique. (1985). "The mark of gender". *Feminist Issues.* Springer. 5 (2), pp. 3-12. Republicado como: Wittig, Monique. (1986). "The mark of gender", in Miller, N. K., *The poetics of gender.* Nova Iorque: Columbia University Press, pp. 63-73.1. *In: A marca do Gênero.* Baptista, M. M. (Org.), *Gênero e Performance: Textos Essenciais 1.* Coimbra: Grácio Editor, p. 93-104.

Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 11/01/2024

Aprovado em: 23/03/2024

Received in: January 11, 2024

Approved in: March 23, 2024